

EIXO 5: POLÍTICA EDUCACIONAL, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SOCIAL E CULTURAL

LUTAS JUVENIS, EDUCAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS POR EDUCAÇÃO PÚBLICA

Maria do Socorro Pereira da Silva
Universidade Federal do Piauí (UFPI)¹
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGECEI
socorrinhapt@gmail.com

Maria do Carmo Alves do Bomfim
Universidade Federal do Piauí (UFPI)²
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGECEI
carmicita@ig.com.br

Denise Bezerra Façanha Pessoa
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)³
prodenise1@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho analisa as lutas juvenis organizadas no Estado do Piauí (2000-2010) a partir da relação Educação Popular e Educação Pública, fundada na pedagogia insurgente da palavra como elemento de descolonização do saber monocultural, visando à emancipação social do conhecimento e a garantia de políticas públicas para as juventudes. Os jovens vêm ocupando espaços no âmbito da esfera pública na proposição, na implantação e no controle das políticas governamentais, exercitando práticas questionadoras de valores hegemônicos à medida que constroem novos saberes e novas formas de participação política, reafirmando o papel da educação como ação mediadora de transformação social.

Palavras-chave: Lutas Juvenis; Educação; Políticas Públicas.

1 Juventude brasileira e o estado neoliberal: desconstruindo pré-conceitos

De 1990 aos dias atuais, as juventudes brasileiras vêm assumindo papel relevante na luta por direitos sociais para o conjunto das populações e de modo especial para o segmento juvenil, ao tempo em que ganham visibilidade no âmbito dos movimentos sociais, da sociedade e, em parte, do Estado brasileiro. Essa participação dá maior ênfase, e de forma permanente, à política por educação pública, gratuita, laica e de qualidade, condição básica para a emancipação social e política dos jovens e de toda a sociedade. Essas práticas juvenis vêm se desenvolvendo por meio de movimentações e das lutas juvenis em momentos conjunturais, e, em outros períodos de forma sistemática, tendo como foco central os direitos

civis, sociais, políticos, ambientais e culturais, à medida que, progressivamente, **desconstroem** a visão hegemônica de sociedade, liderada pelo estado e pelo empresariado tradicional, ao conceber os jovens brasileiros como “sujeitos-problema”, em razão do respectivo aumento quantitativo e do elevado grau de violência a eles atribuído, sobretudo aos jovens negros, pobres, moradores de áreas periféricas de cidades de médio porte e das grandes metrópoles.

Com esta perspectiva de análise, abordaremos, no presente texto, o papel dos movimentos juvenis, como sujeitos coletivos que exercitam processos de desconstrução/descolonização do conceito de juventudes como “problema”, enquanto engendram e praticam lutas por educação escolar, mediada pela educação popular, como instrumento pedagógico que gera direitos para todas/os, sobretudo, políticas públicas às juventudes. Esse segmento social vem, de forma sistemática, conquistando espaços na relação com o estado neoliberal e parte da sociedade civil, por meio de intervenções propositivas e efetivas em momentos de definição, de execução e de controle de tais políticas, que articulam mobilizações sociais, educação popular marcada pela pedagogia insurgente da palavra. Com fundamentação nos estudos de Aranha (2006), Bomfim (2010), Castro (2009), Freire (1996), Gohn (2011), Medeiros (2010), Mészáros (2005), Paludo (2006), Platão (1980), Santos (2007), Saviani (2010), Sposito (2008), Streck (2010), Vale (2001), Valle (1997), Veiga-Neto (2008) e outros.

As juventudes brasileiras e de muitos outros países do mundo, até o início dos anos de 1990, por influência da concepção neoliberal de estado e, ainda, por herança das ditaduras militares em vários países da América Latina (anos de 1960 ao final dos anos de 1980), eram concebidas em três visões. A primeira, compreendendo parte desse segmento social inspirada em política educacional de formação dos jovens numa perspectiva de educação para o futuro – “os jovens são o futuro do Brasil” –, sem a preocupação com as demandas juvenis do presente. A segunda concebia os jovens, em situação de vulnerabilidade social e de marginalidade, motivo de incômodo para as autoridades e elites do nosso país, restando a eles as políticas de assistência social: medidas socioeducativas de redução de danos. Aos jovens em situação de miséria e de extrema pobreza, aparentemente invisíveis, configurava a terceira via materializada pela ausência total de políticas públicas. Tais evidências, indubitavelmente, constituíam-se em denúncia do grau de desigualdades e de exclusão da nossa sociedade, atingindo grandes parcelas das juventudes.

Desse modo, no início dos anos de 1990, as políticas públicas eram definidas e executadas sem nenhuma participação juvenil e, com predominância de uma concepção dos jovens como “problema”, fato registrado por Castro (2009, p. 44) em alguns de seus estudos:

Em referência às políticas públicas implementadas para a juventude pelos países, a avaliação da ONU era de que as iniciativas nesta área continuavam impulsionadas por estereótipos negativos em relação aos jovens, tendo como foco a delinquência, o uso indevido de drogas e a violência. Assim, as Nações Unidas recomendavam que os países implementassem políticas integradas para a juventude, que estabelecessem vínculos entre as diferentes áreas prioritárias do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) a partir de 2000, e que dedicassem atenção especial aos direitos dos jovens considerados mais vulneráveis.

Essa perspectiva muda substancialmente a visão sobre os jovens no interior das várias sociedades, articulados em movimentos sociais, particularmente em organizações juvenis, que se constroem como sujeitos de sua própria história, convictos da necessária conjugação do processo de construção de uma identidade coletiva própria com outras formas de lutas sociais. As juventudes vêm assumindo práticas que problematizam (questionamentos e tensões) o papel da educação formal e seus processos educativos, contrapondo-se aos modelos hegemônicos do conhecimento eurocêntrico que, na maioria das vezes, mantém-se apenas no interior da escola, negligenciando outros arranjos de sociabilidade, também produtores de saberes. Assim, vem se afirmando a ideia de que a educação pode ser gestada dentro e fora da escola (SPOSITO, 2005, p. 212): No Brasil, o estudo de outras situações educativas e de práticas socializadoras observadas na família, nos grupos de pares, nas trocas informais na esfera pública, no mundo das associações, nos movimentos sociais [...]. Essa perspectiva nos impulsiona para a centralidade do estudo acadêmico, em andamento, que enfatiza a concepção de educação popular como mediação importante nas relações entre movimentos sociais juvenis e Estado enquanto lutam por direitos humanos, cidadania e democracia participativa privilegiando a educação pública, gratuita, laica e de qualidade, coerente com os interesses das classes populares.

Nesse sentido, necessária se faz uma pedagogia dialógica e insurgente que busque a ampliação da democracia, da cidadania e da emancipação juvenil. Uma educação alicerçada nas experiências de participação ativa dos jovens das classes populares, que constroem novas formas de produção e de gestão do conhecimento, provocando rupturas na lógica mercantilista de educação pública, verbalizada por Mészáros (2005), caracterizada como processo educacional alienante e dominante, imposta aos marginalizados, pelos setores do grande capital, ao dizer: “que o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é

reconhecida nos quadros estatísticos.” (p. 11). Tal concepção coaduna com a proposta de Santos (2007) quando enfatiza que não precisamos de novo conhecimento, mas de novo modo de produção de conhecimento, ao dialogar sobre a emergência da Sociologia das Ausências, quando conceitua essa como sendo “a superação das monoculturas do saber científico, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escola dominante, centrada hoje no universalismo e na globalização, além da produtividade mercantil[...]” (SANTOS, 2007, p. 9). Essa análise afirma a necessidade de descolonização do saber, tendo como sujeitos principais as classes populares e subalternas, e o papel dessas no rompimento, epistemologicamente, com a rota monocultural do saber eurocêntrico, criando possibilidades sobre a ecologia dos saberes, na qual o científico e o popular (teoria e prática) se encontram nas práticas educativas multiculturais dos processos sociais:

Hoje vivemos um problema complicado, uma discrepância entre teoria e prática social que é nociva para a teoria e também para a prática. Para uma teoria cega, a prática social é invisível; para uma prática cega, a teoria social é irrelevante. (SANTOS, 2007, p. 20).

Esse contexto revela as formas dominantes de conhecimento, bem como os modelos educacionais em evidência. De um lado, afirma a necessidade do diálogo para a sistematização teórica das experiências das práticas educativas sociais, fundamentando os novos arranjos alternativos de educação, como as práticas pedagógicas da educação popular. Por outro lado, questiona o racionalismo puro que desperdiça outras formas de conhecimento gestadas nos cotidianos sociais por sujeitos diversos. Essas formas sistematizadas e contextualizadas do conhecimento impulsionam novas práticas e processos pedagógicos que despertam as juventudes, maioria presente na escola pública, para o protagonismo juvenil. Notadamente, esse modelo nasce norteador por educação pública como *link* da democratização do conhecimento, da participação popular, das relações sociais estabelecidas no interior dos vários contextos: escola; movimentos; comunidade – onde habitam seus integrantes; e da cidade. É essa leitura semântica que desperta as juventudes para a educação transformadora, reflexiva e libertadora, rompendo com a educação padronizada, única e antidialógica. Permitindo que a palavra das juventudes seja força de insurgência de seu tempo e das precárias condições de vida impostas pelos poderes conservadores e mercantilistas, tão bem descritos no rodapé da obra *Pedagogia do Oprimido*, quando Freire (2005, p. 31) caracterizou:

Os movimentos de rebeldia, sobretudo de jovens, no mundo atual, que necessariamente revelam peculiaridades dos espaços onde se dão, manifestam, em sua profundidade, esta preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. Em torno do *que* e do *como* estão sendo. Ao questionarem a "civilização do consumo", ao denunciarem as "burocracias" de todos os matizes [...]. (Grifos do autor).

Esses movimentos surgem como mensagens daquilo que está nascendo, das demandas juvenis do presente, em que as juventudes falam à frente de seu próprio tempo e se expressam como coletividades. Assim, através da ação coletiva dos movimentos sociais, ativam as mudanças do possível e do impossível. Ao aprenderem a dizer sua palavra, subvertem a ordem estabelecida ao afirmar:

Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir sua própria existência ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos este direito. (MELUCCI, 2001, p. 102).

Esse conceito questiona o mito da apatia juvenil, descaracterizada pelo potencial insurgente e disseminador das juventudes, que se projeta pela sua reinvenção cotidiana nas realidades vivenciadas na escola e nas comunidades pelos jovens e, a relação desses com a construção de projetos de transformação da escola e da sociedade. Isso é afirmado nas assertivas de Vale (2001, p. 20): “a escola pública popular que buscamos, será fruto dos movimentos organizados da sociedade civil, dos esforços e das lutas de resistência empreendidas pelas camadas populares[...]. Por isso, a necessidade de ampliar a compreensão sobre a educação popular, dialogando com as diferentes abordagens categóricas pesquisadas na academia e sua relevância na introdução da interdisciplinaridade curricular.

2 Educação Popular e Educação Pública: diálogos possíveis?

Esse questionamento serve para ensaiar novas tentativas de respostas e perceber os desafios que se inserem aos processos educativos populares para além dos espaços formais, que se consolidam na contemporaneidade, percebendo como esses espaços podem desenvolver práticas educativas que se aproximam da educação popular, ou mesmo incluir, em sua programação escolar e acadêmica, tópicos pedagógicos da Educação Popular. Essa proposta se referencia na crise educacional que nasce com o modelo de escola gestado com o projeto de modernidade e a erosão de suas promessas de igualdade, liberdade e fraternidade, que se apresentam na sociedade contemporânea em busca dos melhores métodos, dos

especialistas e dos espaços reguladores e transmissores da ideologia dominante, ou seja, sua passagem de sociedade disciplinadora para sociedade reguladora, como relata Veiga-Neto (2008, p. 40):

Essa maquinaria, além de inventar espaços específicos para a educação das crianças e dos jovens, foi decisiva para a invenção de saberes e seus respectivos especialistas, encarregados de dizer como educar, ensinar, vigiar e regular essas crianças e esses jovens. E, à medida que se encarregava mais e mais dessas tarefas, a escola foi se institucionalizando, ou seja, foi se estruturando humana, material e discursivamente, tornando-se um lugar ímpar na Modernidade.

A educação popular é o eixo formativo e insurgente da palavra que se evidencia nas lutas juvenis sobre o modelo de educação pública que interessa às juventudes das classes populares. É possível pensar na viabilidade curricular da educação popular como área de conhecimento na Educação Pública? Nosso estudo demonstra que no Estado do Piauí a experiência exitosa do Curso de Especialização em Educação Popular, Direitos Humanos e Movimentos Sociais, em execução pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), outro exemplo é o que vem sendo implantado na Universidade Federal do Piauí, no curso de Pedagogia, com a disciplina Educação e Movimentos Sociais, visando perceber as práticas educativas no seio dos movimentos sociais que interagem com a concepção pedagógica libertadora na escola formal.

Atestamos, nessa realidade, novo modo de produção e de gestão do conhecimento, para os quais as experiências educativas possibilitam à Universidade sair de sua rota racional e expandir seu campo de estudo, que articula novos saberes, que se efetivam em outros espaços educativos para além da escola formal, afirmando a educação popular como elemento que recoloca os sujeitos em suas realidades, tencionando-as como força de reativação da consciência cidadã. Evidenciamos outras experiências impressas no contexto acadêmico, que ora se apresenta como Educação Informal, como Não Formal, ora como Educação Popular minimizada ao método de alfabetização de Educação de Jovens e Adultos. Contudo, esses debates trazem ganhos inquestionáveis para a educação popular, sobretudo no que se refere à institucionalização acadêmica dessa como área de conhecimento, mesmo que com outras terminologias, no caso, de Educação Formal, como registra Gohn (2010, p. 14): “à introdução da disciplina Educação Não Formal na graduação da Faculdade de Educação da Unicamp e este fato demarca um novo campo/área de conhecimento que se institucionalizou”.

A conquista crescente se soma a inúmeros exemplos que a academia tem dado à metodologia da educação popular nos últimos tempos, como a grande quantidade de teses e de

dissertações que analisam e pesquisam as multiplicidades de eixos temáticos que perpassam a educação popular como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sua relação embrionária com os movimentos sociais, como enfrentamento ao sistema capitalista, com as novas ferramentas de comunicação, entre outros. Registramos, ainda, a realização do II Seminário de Educação Popular e Movimentos Sociais e Formação de Professores promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em 2011, além do volume de linhas de pesquisas específicas sobre educação popular em cursos de pós-graduação em diversas universidades do Brasil e da América Latina.

Esse campo vem ganhando força quando as juventudes reivindicam um novo modelo de educação, alicerçado na pedagogia da autonomia e na pedagogia insurgente da palavra que se entrelaça por subjetividades rebeldes que se expressam no caráter questionador dos jovens. É esse itinerário que queremos perceber os diálogos possíveis com *links* entre Educação Formal e Popular percebendo a trajetória das lutas juvenis na defesa da educação pública e o papel da educação popular como prática mediadora de formação das juventudes.

3 Educação popular e movimentos juvenis: concepções e lutas

As grandes mudanças e rupturas na história das sociedades, como registra a literatura, deram-se pelos debates e pelas lutas em torno da Educação; foi assim na *pólis* grega, quando expressa a necessidade da democracia, passando pela discussão em torno da importância da escola pública na Revolução Francesa –, a necessidade de legislação para ordenamento do sistema educacional. Essa Educação problematizadora, da qual Rousseau é o destaque intelectual da pedagogia não diretiva, defensor da pedagogia naturalista que nos remete à razão sensitiva, e seu racionalismo ético, em que confia na capacidade emancipadora da razão humana, a qual seja capaz de instituir novos valores na consciência de cada indivíduo, remodelando uma nova sociedade, mais justa e igualitária, como cita Valle (1997, p. 85): “Emancipar o indivíduo não significa, portanto, arrancá-lo de toda e qualquer forma de sociedade, mas em encontrar uma forma tal que preserve a pessoa”.

Este estudo visa evidenciar a Educação Popular como produtora de saberes, libertadora e provedora de igualdades, caracterizada pela *práxis* que se projeta em processos educativos planejados e em metodologias que dialogam com as realidades vivenciadas pelos jovens, sobre os quais, não existem mais o monopólio da escola. Educação libertadora que se projeta nos processos que as juventudes passam de uma vida como biologia, para uma vida como biografia. Esse registro deve aprofundar o processo histórico, ou seja, em que os jovens

sejam capazes de aprender a escrever a sua vida como protagonista e como testemunha das mudanças sociais de um tempo que não pertence ao futuro, mas pelas lutas juvenis que garantam a emancipação social do presente. Como se constata nos relatos sobre Sócrates, registrados por Platão (1980, p. 11) que diz:

Ao escrever o historiador jamais pode ser um mero registro dos fatos indiscutíveis. Mesmo quando tais fatos são abundantes, a verdadeira tarefa do biógrafo consiste em interpretá-los; deve penetrar, além dos simples eventos, no propósito e no caráter que eles revelam o que só consegue fazer através de um esforço de imaginação construtiva.

Trata-se, portanto, de uma imaginação construtiva de pensar e repensar a escola imaginária que desejamos. Por isso percorremos a longa trajetória da educação popular no Brasil, passando pela organização social das comunidades eclesiais de base; pelo método pedagógico de freireana – concebida pelo seu caráter transformador, propositivo, em que sua prática implica processo educativo planejado e participativo –, educação que torna visível o povo e as camadas populares diante do Estado, repensa novos modelos de educação em contraposição aos modelos hegemônicos.

Contextualizar o histórico da educação popular nos remete ao seu próprio significado de verificação da realidade social, cultural, econômico e político como esta se projeta no cenário da Educação brasileira, como marcos iniciais a realização do Concílio Vaticano II; os documentos de Medellin; a Teologia da Libertação; as experiências revolucionárias ocorridas na América Latina, baseadas nos ideais marxistas e cristãos; a construção de organizações populares autônomas; entre outros. Esse movimento se caracterizou pela utilização de vários instrumentos pedagógicos de formação política dos sujeitos, como peças de teatro; atividades nos sindicatos, marchas por direitos; caravanas da cidadania; os debates nas universidades; exibição de filmes e de documentários; alfabetização da população rural ou urbana marginalizada; atividades culturais que culminaram com a criação dos Centros Populares de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE); Movimento de Cultural Popular (MCP), da prefeitura de Recife; e os Movimentos de Educação de Base ligados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), todos voltados para a conscientização política do povo brasileiro, sobretudo, dos marginalizados e dos excluídos.

No Brasil, durante um longo período, o conceito de educação popular, sobretudo na década de 1960, durante o governo Jânio Quadros, detinha concepção predominante de dominação do povo que se efetivava via ensino primário e através da alfabetização de adultos, como sendo a educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando

controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente (SAVIANI, 2010, p. 317). Esse modelo hegemônico dilui-se como o projeto de educação iluminista, pois torna inviável às classes populares o acesso à educação para construção da cidadania. Tal inquietude se alarga pela constatação dos limites impostos ao processo de democratização da escola, marcadamente pelos resquícios do ensino colonial, patriarcal e mercantilista materializado pelo tecnicismo e pelo racionalismo extremado, do século XVIII, os quais são contundentemente questionados através das ideias do pensamento de Nietzsche, como descreve Aranha (2006, p. 216):

Nietzsche usou em seus escritos recursos dos aforismos, cuja força está no conteúdo questionador e provocativo. [...] Ele examina a cultura de seu tempo e lamenta o estilo de Educação: em toda sua obra condena a erudição vazia, a Educação intelectualizada, separada da vida. [...] De que Nietzsche fala? Que a Educação tem nos transformados em camelos cheios de conhecimentos desligado da vida e sujeitos obedientes, prontos para negar nossos impulsos vitais. [...] Condena a escola utilitária e profissionalizante, bem como os riscos de um ensino submetido à ideologia do Estado.

A educação sempre foi instrumento de dominação de uma classe social. O conhecimento científico não se efetiva pela neutralidade, tão pouco serve a todos, é sempre um ato político em favor de um determinado grupo na sociedade. É, a partir dessa análise, que se funda a concepção de Educação Bancária, centrada na dominação do outro e das coletividades, na perspectiva de manutenção da ordem e do sistema opressor, que acomoda os sujeitos, sobretudo as juventudes e seu potencial insurgente. Educação dissertadora que se caracteriza pela “sonoridade” da palavra e não pela sua força transformadora, ou seja, o educando repete sem perceber o que realmente significa tal aprendizado, mantendo-o, assim, em seu mundo de opressão, como relata Freire (1980, p. 66):

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. [...] Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador depositantes.

Certamente, as forças contra hegemônicas se estabelecem no cenário brasileiro evidenciando outros modelos de acesso ao conhecimento. O berço desses acúmulos insurgentes, libertários e educativos se expressa nos movimentos sociais, sobre os quais se efetivam práticas pedagógicas, que se confundem com a própria história da educação popular, sob os quais imputam práticas e processos educativos promovendo mudanças fundamentais no Estado brasileiro e na realidade social, como afirma Sposito *apud* Melucci (2010, p. 112):

Os movimentos sociais carregam elementos caracterizador, primeiro é a capacidade dos sujeitos envolvidos de se constituírem como “nós”, trata-se de identidades coletivas. Segunda, é a capacidade que os atores têm de propor conflitos, de identificar e saber contra o que se luta e, Terceiro elemento reside nas ideias de rupturas e do aparecimento de propostas inegociáveis.

Esses movimentos atuam sobre questões identitárias, locais, nacionais e globais diante de momentos conjunturais, mas decisivamente nas estruturas de poder, suas ações carregam as marcas da educação popular e de propostas inovadoras, como descreve Gohn (2010, p. 13):

O repertório de lutas por eles construído demarca interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais. As temáticas abrangem demandas materiais – terra, água, habitação, infraestrutura urbana, como direitos socioculturais – dos afrodescendentes, das mulheres, dos povos indígenas, dos indivíduos com deficiências variadas, para os direitos de serviços coletivos no campo da saúde, da educação, do transporte, do lazer e outros.

No Brasil e na América Latina, os movimentos sociais são elementos embrionários para alcançar a compreensão das práticas e dos processos educativos que se efetivam em seu interior e, que se confundem com a educação popular em sua ação de intervenção social, como afirma Medeiros (2010, p.147):

Retomando a ideia de movimento social popular como uma construção própria da América Latina, constituído organicamente no Brasil nas primeiras décadas após a ditadura militar como espaço amplo de forças sociais e políticas, destacamos dois elementos-chave na composição da materialidade de sua identidade: o *popular* e a *exclusão*, ambos atravessados por batalhas semânticas e projetivas. O popular é aqui, entendido como categoria capaz de englobar diversidades coletivas constituídas ou em afirmação, em torno de: (1) movimentos de identidades específicas; (2) luta por direitos fundamentais; (3) proposição de políticas sociais e econômicas estruturantes de um novo modelo de produção da vida; (4) possibilidade de exercer poder de decisão; e (5) constituição de sujeitos empoderados no meio popular.

A educação popular se afirma pelas marcas constitutivas de sua expressão educativa metodológica protagonizada nos processos sociais coletivos e insurgentes pelos sujeitos populares no interior dos movimentos sociais, como parte da aposta na transformação das realidades sociais. Alguns estudos sobre essas realidades tratam de conceituar essas práticas educativas, tentando diferenciá-las não apenas da educação formal – escolar –, mas também da educação popular relacionada aos processos de alfabetização de adultos (GOHN, 2010). Certamente, essas tentativas expressam trajetória inconclusa sobre o conceito de educação popular, como reflete Streck (2010, p. 300), ao dizer:

[...] Quer definamos a educação popular com base nos objetivos, no método, no conteúdo, no contexto ou nos sujeitos, sempre haverá dúvidas sobre o que ela é de fato. Acredito que nisso reside uma de suas virtudes e é um dos motivos pelos quais ela não se dissolve como outras modas pedagógicas dispostas a trazer soluções mais ou menos definitivas. [...] Isso tem a ver com a sua origem. Há unanimidade entre os historiadores da educação popular de que ela se forma no movimento da sociedade.

A relação intrínseca dos movimentos sociais, da educação popular e do campo democrático popular são elementos fundacionais do projeto de sociedade almejado pelas classes populares. O marco histórico da educação popular no Brasil confunde-se com experiências do Campo Democrático e Popular, com os processos socioculturais, políticos e econômicos que atravessam a vida da população brasileira. Para melhor compreensão do que se caracteriza Campo Democrático e Popular, Paludo (2006, p. 46) define:

Constituiu-se como movimento contra-hegemônicos e orientou-se por utopias de transformação social, as quais foram atribuídas às mais diversas denominações, dentre as quais se podem citar, a partir das leituras, como exemplos: projeto histórico; projeto libertador; novo contrato social; nova sociedade; sociedade justa, democrática, participativa e solidária; projeto alternativo de sociedade; sociedade sem oprimidos e sem opressores; sociedade socialista.

Nesse percurso, encontramos na educação popular desses sujeitos, instrumentos pedagógicos de resistência e de denúncia da realidade social no Brasil, os “círculos de culturas”. Esses espaços culturais e educativos são marcados pela participação efetiva das juventudes, expressam-se no cotidiano das lutas por educação, que, por sua vez, refletem nos territórios da escola formal, a fim de perceber quais são os dispositivos pedagógicos e a influências desses para a formação cidadã e profissional dos jovens. Nesse contexto, os movimentos sociais no método freireano dão nova roupagem ao conceito de educação popular, como educação libertadora, educação do oprimido, educação reflexiva, que exige *práxis* (ação-reflexão-ação) no processo educativo. Tal concepção possibilita novas análises categóricas, as quais aprofundam sua raiz metodológica dialética alicerçada nas ideias marxistas, que exigem leitura crítica da realidade, percebendo quais processos e estratégias se articulam na perspectiva de erradicação das desigualdades e das transformações sociais que se refletem na educação pública. É a partir desses espaços que as organizações juvenis disputam mecanismos de implantação de políticas públicas, que se dá quase sempre como campo dos conflitos, em que a sociedade articula as forças sociais para reivindicação de direitos sociais, econômicos e políticos, como categoriza Sposito (2008, p. 60):

As formas de oferta de bens públicos e os desenhos da ação política de cunho social são em decorrência, em grande parte, do campo de conflitos que se instala na esfera

pública e que passam a imprimir no âmbito do Estado sua presença. O reconhecimento desse campo de conflitos, e da diversidade de interesses, torna-se fato relevante de constituição de políticas públicas democráticas[...]

As juventudes sabem do papel inquestionável da educação no processo de formação para sua cidadania. Por isso, as juventudes reafirmam o papel da educação pública, gratuita, laica e de qualidade que se expressa em proposições efetivadas na luta pela aprovação como signo prioritário do marco regulatório na política públicas de juventudes, como consta no Plano Estadual dos Direitos da Juventude do Estado do Piauí, aprovado em 2010: “A juventude sabe a escola que tem, mas ainda tem dúvidas sobre a escola que precisa, a única certeza nesse tema é que estudar é algo do qual não se pode abrir mão.” (BRASIL, 2010). Essas assertivas são confirmadas anteriormente nos estudos de Silva, quando afirma:

A maioria dos jovens piauienses entrevistados na I Conferência Estadual da Juventude apontam seus desejos e preocupações como os eixos EDUCAÇÃO e TRABALHO. Quando perguntados sobre as melhores coisas de ser jovem eles/elas apontam: PODER ESTUDAR. Assuntos que mais interessam atualmente, eles/as afirmam a EDUCAÇÃO. (SILVA, 2009, p.28).

A luta das classes populares em defesa da escola pública, sobretudo dos movimentos juvenis, assume relevância fundamental na cena pública, seja nas ruas ou nos espaços públicos, que se expressam nos discursos de defesa da educação libertadora, para além do acesso à instrução. Essa concepção afirma na necessidade de políticas públicas como consta na Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude (BRASIL, 2008):

Garantir acesso e permanência dos estudantes excluídos, priorizando as cotas, os programas que garantem a inclusão dos jovens ao ensino superior, o aperfeiçoamento do PROUNI, a expansão e a interiorização das universidades públicas (municipais, estaduais e federais), considerando a realidade regional, visando à demandas das comunidades do campo e tradicionais, com ampliação e ofertas de cursos noturnos diversificados, bem como implementação de política de assistência estudantil(bolsa permanência, transporte e moradia estudantil) e a valorização dos profissionais de educação.

Estes conjuntos de demandas ensejam novas formas de organização das lutas e dos movimentos juvenis e, seu reposicionamento estratégico diante das mudanças estruturais e conjunturais, expressando-se em campo de tensões e de conflitos em torno das concepções de educação pública que interessa às juventudes das classes populares. Entendo as tarefas que cabem à Educação Popular, na intervenção social e nos modelos de escola pública como espaço de sociabilidade das juventudes, difundindo as práticas e os métodos que consigam aprofundar os novos desafios para a Educação como prática de libertação e para promoção

das virtudes, que implicam em respostas sobre o como fazer essa Educação, como indaga Paludo (2006, p. 59):

O que é uma educação de qualidade para o povo, praticada desde a concepção da Educação Popular? Uma educação que o capacite para os desafios de sobreviver e de ser protagonista de transformação? Uma educação que eleve o popular à “condição de ser dirigente, de participar, de formular e de controlar quem dirige”? Quais são as aprendizagens necessárias? Quais conteúdos? [...] Que conteúdo damos para a expressão metodologia dialética (prática, teoria, prática)?

Esses questionamentos tornam visíveis as contradições que norteiam a visão de educação única e tecnicista. Ao tempo, que dialoga sobre qual educação interessa as classes populares, como possibilidade de justiça social, de descolonização do saber, e de valorizando o ser humano em suas dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e territoriais, para qual a escola é um espaço essencial para construção do conhecimento como forma de erradicação das desigualdades sociais.

4 Ensaios conclusivos

Desse modo, a Educação popular pulsa sobre as mudanças globais que implicam em sua própria refundação, que precisam ser impulsionados em constante diálogo com os sujeitos, educadores e suas realidades sociais. Em que pese suas trajetórias individuais e suas experiências coletivas, as quais desembocam nos modelos de sociedade que desejam construir ou mesmo desconstruir em determinados momentos históricos da humanidade. As respostas de que precisamos resultam dos modelos de educação popular que interessam ao povo, às classes populares e ao projeto de sociedade comprometido com os mais pobres, sobretudo, com as juventudes que se encontram à margem da Educação como elemento emancipador da humanidade.

Essa emancipação dialoga com a pedagogia insurgente da palavra, que se afirma nos processos educativos da educação popular e no multiculturalismo que rompe com a concepção de saber universal, exclusivo e válido para todos os lugares e contextos socioculturais como uma educação para reprodução do silenciamento e apatia dos(as) jovens. Nesse cenário, torna-se inviável falar em emancipação social sem emancipação do conhecimento e, conseqüentemente, sobre a autonomia dos sujeitos que habitam a escola. Daí, o necessário diálogo entre Educação Popular e Educação Formal, aproximando saber acadêmico e popular, como direito político e cultural das classes populares subalternas de

acessarem as concepções e as fundamentações da Educação Popular, interrompidas pelo Estado de Exceção, como eixo da interdisciplinaridade cognitiva de descolonização do saber monocultural.

Esse processo de descolonização do saber deposita seu processo no potencial dos jovens, como seres humanos insurgentes e inconclusos, a possibilidade de forjar novas formas de organização e de reinvenção de práticas educativas libertadoras. As juventudes são os *inéditos inevitáveis* que emergem na sociedade e configuram novas práticas educativas que se encontram com a escola formal.

NOTAS

¹ Bacharel em Administração, Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Piauí. Integra o Observatório de Juventudes e do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI – UFPI).

² Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Atualmente coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas: Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI – UFPI).

³ Pedagoga, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo**, Brasília: RITLA, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. **Plano Estadual dos Direitos da Juventude do Piauí**. Projeto de Lei. Assembleia Legislativa do Piauí. Teresina. 2010

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luzeni C. Maria de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil: Brasília**: IPEA, 2009. p. 303

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

- MEDEIROS, Lucineide Barros. **Parceria e dissenso na educação do campo: marcas e desafios na luta do MST**. 2010. 243 f. Tese (doutorado em Educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010.
- MELUCCI, Alberto. **Invenção do Presente: os movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MÈZÁROS, Isteván. **Educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PALUDO, Conceição. Educação Popular: dialogando com redes Latino Americanas (2002-2003). In: PONTUAL, Pedro; IRELAND Timothy (Org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.
- PLATÃO. **Defesa de Sócrates / Platão Ditos e feitos memoráveis de Sócrates; Apologia de Sócrates / Xenofonte**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1980. (Os pensadores).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Memória da Educação).
- SILVA, Maria do Socorro Pereira da. **Jovens e Juventudes: Identidade, Participação e Políticas Públicas – Um Olhar Juvenil**. CCOM, Teresina. 2009
- SPOSITO, Marília Pontes. Movimentos sociais, controvérsias conceituais e práticas educativas. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. (Org.). et. al. **Educação e Diversidade Cultural**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- _____, Marília Pontes. Trajetórias na Constituição de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho. et. al. (Org.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.
- STRECK. Danilo R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. vol.15. n. 44. Rio de Janeiro May/Aug. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000200007>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na escola pública**. 3. Ed. São Paulo: Cortez. 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 8)
- VALLE, Lilian do. **A escola imaginária**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas**. Artigo apresentado no XIV ENDIPE. Rio Grande do Sul, 2008.